



CRUZ VERMELHA DE CABO VERDE

COMISSÃO E REGULAMENTO ELEITORAL

NOTA JUSTIFICATIVA

A Cruz Vermelha de Cabo Verde, doravante CVCV é uma instituição dotada de personalidade jurídica e auxiliar dos poderes públicos, cuja missão assenta essencialmente na prevenção e redução do sofrimento humano com imparcialidade, sem discriminação de nacionalidade, raça, sexo, classe, religião ou convicções políticas, com responsabilidades ainda em matéria de assistência humanitária no quadro dos tratados internacionais que vinculam o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, doravante Movimento, de que é parte integrante.

A CVCV tem desenvolvido as suas ações em estrita obediência aos princípios fundamentais que norteiam o Movimento, adotados por unanimidade na XXª Conferência Internacional da Cruz Vermelha, em Viena, em 1965, paralelamente às medidas de natureza jurídica, administrativa, económica e operacional, de forma a aprimorar o seu *modus-operandi* e, consequentemente, responder de forma eficaz e eficiente aos vários constrangimentos de ordem humanitária que se lhe impõem.

A CVCV dotou-se dos seus primeiros Estatutos em 1977, através do Decreto n.º 5/77, de 18 de Junho, este revogado pelo Decreto n.º 108/84, de 3 de Novembro. Embora atenta aos princípios, normas e valores que sustentam as suas ações e consciente da necessidade de se proceder eventualmente a ajustes pontuais de alguns aspectos desses dispositivos, a CVCV não tem dado devida atenção à regulamentação das disposições estatutárias a que se vincula, o que vem tolhendo sobremaneira o resultado que se almeja da sua aplicação.

Ressalta, neste quadro, o imperativo de se munir de um Regulamento de Eleições, a nível nacional e local, neste último, atendendo à maior dinâmica e visibilidade da CVCV, procedente das eleições realizadas em finais do mês de Outubro último, pretende-se imprimir aos Conselhos Locais (CL) mas, sobretudo, à premente necessidade de se proceder à preparação e realização de eleições, nos próximos tempos, em todos os CL dispersos pelas ilhas.

Nutrido dum firme propósito humanitário e social, o Conselho Superior recém-eleito, sabedor de que a materialização dos propósitos e os êxitos da sua governação só se vislumbram através do aperfeiçoamento do quadro normativo e institucional vigente, condição *sine qua non* da progressiva confiança e cumplicidade dos poderes públicos e de toda a comunidade nacional envolvida, teve a ideia de dotar a CVCV de uma Comissão Permanente de Eleições, órgão funcionalmente independente, criada através da Deliberação n.º 9/2018 do Conselho Superior e, no dia 9 de Fevereiro de 2018, que

coordena todo o processo e acto eleitoral, e um Regulamento Eleitoral, ferramenta que vai reger com maior segurança jurídica, transparência e credibilidade o processo eleitoral, a nível central e local.

Assim,

Assembleia Geral da Cruz Vermelha de Cabo Verde, reunida em sessão extraordinária, nos dias 29 e 30 de Setembro de 2020, ao abrigo do artigo 11º, alínea f), do Decreto nº Estatutos sob proposta do Conselho Superior, aprova as normas de funcionamento da Comissão Permanente de Eleições (CPE) e o Regulamento de Eleições para os Conselhos Locais, nos termos que se seguem:

COMISSÃO PERMANENTE DE ELEIÇÕES

CAPITULO I

DESPISICÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

O presente documento estabelece as normas de organização e funcionamento da CPE.

Artigo 2.º

Natureza

A CPE é um órgão da administração eleitoral, independente dotado de carácter permanente e funciona junto do Conselho Superior.

Artigo 3.º

Composição

A CPE é constituída por cinco membros efetivos, sendo um presidente, um vice-presidente, três vogais e três suplentes designados pelo Conselho Superior.

Artigo 4.º

Mandato

1. A duração do mandato dos membros da CPE é de quatro anos.
2. O mandato a que se refere o número anterior inicia-se com a posse conferida pelo Presidente da CVCV.

Artigo 5.º

Estatuto dos membros

1. Os membros da CPE gozam de independência no exercício das suas funções.

2. Aos membros da CPE são garantidas pela Secretária-Geral da CVCV as condições necessárias para o exercício de suas funções.

Artigo 6.º

Substituição

1. Em caso de ausência e/ou impedimento temporários, o Presidente é substituído pelo vice-presidente.
2. O Vice-Presidente e os vogais, em caso de ausência e/ou impedimento temporários, são substituídos por um dos vogais pela ordem de precedência.
3. Os vogais referidos no número anterior são substituídos pelos vogais suplentes pela mesma ordem.

Artigo 7.º

Dever de colaboração

1. Os órgãos e serviços da CVCV devem colaborar com a CPE no exercício das suas funções.
2. A Secretaria-Geral deve disponibilizar à CPE todos os meios necessários ao pleno exercício das suas funções.

Artigo 8.º

Competência

1. Compete à CPE:
 - a) Assegurar a igualdade de tratamento e de oportunidade a todos os membros da CVCV ao longo do processo eleitoral;
 - b) Garantir a observância dos princípios e valores fundamentais da CVCV;
 - c) Organizar e monitorar todo o processo eleitoral, observadas as normas constantes do regulamento eleitoral;
 - d) Criar comissões eleitorais locais, doravante CEL, para a realização das eleições dos órgãos dos conselhos locais;
 - e) Ratificar a escolha dos membros da mesa da assembleia eletiva local efetuada pela CEL;
 - f) Divulgar a abertura do processo eleitoral, nos termos do regulamento eleitoral;
 - g) Informar e esclarecer os membros da CVCV sobre o processo e atos eleitorais;
 - h) Fixar o prazo para entrega das candidaturas;
 - i) Recolher e apreciar a conformidade das candidaturas aos órgãos centrais;

- j) Apresentar a proposta de revisão do regulamento eleitoral à CVCV e participar no respetivo processo;
 - k) Emitir instruções genéricas relativas à organização de eleições na CVCV;
 - l) Fixar a data das eleições a nível central e local;
 - m) Mandar afixar os editais com a data, a hora e o local das eleições;
 - n) Apreciar e decidir os recursos relativos aos litígios eleitorais que lhe forem submetidos no âmbito do processo eleitoral;
2. Atribui-se à CEL todas as competências previstas no número 1 do presente artigo, desde que devidamente adaptadas ao nível local.
3. A CPE pode criar o seu regimento, observando o regulamento eleitoral, com vista a operacionalizar o calendário eleitoral.

Artigo 9.º

Impedimento

Aos membros da CPE é vedada a participação no processo eleitoral como candidato ou a participação nas campanhas eleitorais, sem prejuízo do seu direito de voto.

REGULAMENTO ELEITORAL

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece as normas que regem o processo eleitoral e as eleições dos titulares dos órgãos centrais e locais da CVCV, visando maior segurança jurídica, transparência e credibilidade.

Artigo 2.º

Princípios

1. O processo eleitoral rege-se pelos princípios e valores fundamentais do Movimento e pelas normas dos Estatutos da CVCV.
2. O presente regulamento assegura aos candidatos, designadamente, o direito à igualdade de tratamento, à documentação e acompanhamento dos atos respeitantes ao processo eleitoral.

Artigo 3º

Periodicidade

As eleições dos órgãos centrais e locais realizam-se de quatro em quatro anos.

Artigo 4.º

Capacidade eleitoral ativa

Goza de capacidade eleitoral ativa o membro inscrito no respetivo Conselho Local, à data do anúncio das eleições.

Artigo 5. °

Capacidade eleitoral passiva

1. Só pode ser eleito para os órgãos centrais o membro inscrito no respetivo conselho local, à data do anúncio das eleições.
2. Para os órgãos locais, goza de capacidade eleitoral passiva o membro inscrito no respetivo conselho local, à data do anúncio das eleições.
3. Não pode candidatar-se aos órgãos centrais e locais o membro que não reúna os demais requisitos previstos nos Estatutos da instituição.

Artigo 6º

Incompatibilidade

Não pode ser candidato a qualquer dos órgãos do conselho local:

- a) O voluntário membro do conselho superior em exercício do mandato;
- b) O voluntário que tenha um vínculo contratual com a CVCV, salvo declaração, sob compromisso de honra, de suspender o contrato caso venha a ser eleito.

CAPITULO II

PROCESSO ELEITORAL

Secção I

Candidaturas

Artigo 7. °

Data e publicidade das eleições

1. A data deve ser fixada pela CPE e as eleições realizadas dentro do prazo mínimo de sessenta dias anteriores à data limite estabelecida.
2. A publicidade da data referida no número anterior é feita através de editais afixados na sede da CVCV e dos conselhos locais, de circulares enviadas aos membros ou de qualquer outro meio idóneo.

Artigo 8º

Propaganda eleitoral

1. A campanha eleitoral consiste na apresentação das propostas e programas eleitorais e na justificação e promoção das candidaturas, com vista à captação dos votos, no respeito pelas regras do Movimento, pelos Estatutos da CVCV e pelo presente regulamento.
2. A nível central e local, a CPE e a CEL, conforme o caso, ouvidos os candidatos ou os seus representantes fixam um período temporal de publicitação da propaganda.
3. É proibida a propaganda eleitoral no dia das eleições.

Artigo 9º

Caderno eleitoral

1. A lista dos membros eleitores é publicada pela CPE até quarenta e cinco dias anteriores à data fixada para a realização do ato eleitoral.
2. Qualquer membro eleitor pode reclamar da irregularidade da sua inscrição.
3. A reclamação é dirigida à CPE, até quarenta e oito horas após a data da publicação e decidida, mediante parecer da Secretaria-Geral, no prazo de dez dias.

Artigo 10.º

Apresentação da candidatura

1. A lista da candidatura é apresentada em modelos aprovados e disponibilizados pela CPE e afixada na sede da CVCV e dos conselhos locais, até ao trigésimo dia anterior à data marcada para a realização do ato eleitoral.
2. A lista da candidatura para os órgãos centrais ou locais inclui obrigatoriamente:
 - a) O nome de candidatos efetivos e suplentes, acompanhado dos respetivos documentos de identificação, assim como a identificação do representante e suplente da respetiva candidatura;
 - b) Menção de que os respetivos candidatos não integram qualquer outra lista.

Artigo 11.º

Requisitos formais do modelo

A lista elaborada de forma simples e perfeitamente legíveis, são de formato, cor e tipo de papel igual para todas as candidaturas, devendo conter a distribuição dos candidatos pelos cargos, os quais são identificados por ordem alfabética.

Artigo 12º

Afixação e impugnação das listas

1. A CPE publica na sede da CVCV e dos conselhos locais as listas admitidas ao ato eleitoral, até ao vigésimo quinto dia anterior à data fixada.
2. Verificada a existência de irregularidade, o representante da respetiva candidatura é notificado para a suprir, no prazo de quarenta e oito horas, findo o qual, se não o fizer, a candidatura é definitivamente rejeitada.
3. A lista apresentada, nos termos do artigo 10.º, pode ser impugnada por qualquer membro inscrito no caderno eleitoral, com base em fundamentos suficientemente especificados, perante a CPE, no prazo de quarenta e oito horas.
4. A CPE aprecia e decide sobre o mérito da reclamação, no prazo de dez dias.
5. A decisão referida no número anterior é insuscetível recurso.
6. A lista definitiva é afixada na sede da CVCV e dos conselhos locais até ao sétimo dia anterior à data marcada para a realização do ato eleitoral.

Artigo 13.º

Desistência

1. É lícita a desistência da lista até ao início do processo de votação.
2. A desistência é comunicada pelo mandatário ao presidente da mesa.
3. É também lícita a desistência de qualquer candidato mediante declaração por ele subscrita, mantendo-se, porém, válida a lista, desde que regularizada.

Secção II

Assembleias de voto

Artigo 14.º

Constituição da mesa

1. A mesa da assembleia de voto não pode constituir-se antes da hora marcada para o início da assembleia eletiva, nem em lugar diverso do que tiver sido determinado, sob pena de nulidade de todos os atos que praticar e do ato eleitoral.
2. Constituída a mesa, é afixado à porta do edifício um edital assinado pelo presidente, contendo os nomes dos respetivos membros.
3. Aos membros da CPE é reservado um espaço no local onde decorrem as eleições, por forma a acompanharem todo o processo de votação.

Secção III

Mesas das assembleias de voto

Artigo 15.º

Função e composição

1. Em cada assembleia de voto há uma mesa que promove e dirige as operações eleitorais.
2. A mesa é composta por um presidente, um secretário, dois escrutinadores, um vogal e um representante de cada candidatura e respetivos suplentes.
3. Os membros que compõem a mesa da assembleia de voto são escolhidos de entre os voluntários.
4. Os suplentes, por ordem de designação, substituem os efetivos nas suas faltas e impedimentos.
5. O exercício da função de membro de assembleia de voto é obrigatório.

Artigo 16.º

Designação

1. Os membros das mesas das assembleias de voto são designados pela CPE ou CEL, conforme o caso, ouvidos os candidatos ou os seus representantes.
2. Os membros designados nos termos do número anterior devem ser notificados pessoalmente e com antecedência mínima de vinte e quatro horas da realização do ato eleitoral.
3. São requisitos para designação:
 - a) Saber ler e escrever português;
 - b) Conhecer o essencial do modo como se desenrolam as operações eleitorais;
4. Só podem ser designados presidente e secretário da mesa os membros que possuam, pelo menos, o décimo segundo ano de escolaridade ou equivalente.

Artigo 17.º

Exclusão

Não podem ser designados membros das mesas das assembleias de voto os candidatos, os representantes das candidaturas, os conselheiros, os membros da CPE e da CEL e os demais convidados.

Artigo 18.º

Formação

1. A CPE organiza a formação dos membros das mesas das assembleias de voto.
2. A formação a que se refere o número anterior é obrigatória.

Artigo 19.º

Hora de comparência

Os membros das mesas devem estar presentes no local uma hora antes da marcada para o início das operações eleitorais.

Artigo 20.º

Substituições

1. Se decorridos quinze minutos sobre a hora marcada para a comparência dos membros da mesa, o presidente não estiver presente, este é substituído pelo secretário e, supletivamente, pelos escrutinadores, por ordem de designação, ou pelos suplentes pela mesma ordem.
2. Se trinta minutos depois da hora marcada para a comparência, não estiverem presentes todos os membros efectivos, o presidente chama à mesa os suplentes, pela ordem de designação.
3. Na falta de suplentes, o presidente designa, ouvindo os restantes membros e os representantes das candidaturas, os substitutos de entre os eleitores presentes.
4. Se, constituída a mesa, vier a ocorrer impedimento de algum dos membros, o presidente chama à mesa qualquer voluntário presente, ouvindo os restantes membros e os representantes das candidaturas.

Artigo 21.º

Permanência da mesa

1. A mesa, uma vez constituída, não pode ser alterada, salvo caso de força maior.
2. Da alteração da mesa e das suas razões é dada publicidade através de edital, a afixar à porta do edifício em que funciona a assembleia.

Artigo 22.º

Quórum

Para a validade das operações eleitorais é necessária a presença permanente do presidente da mesa ou do seu suplente e de, pelo menos, dois escrutinadores.

Artigo 23º

Competência do presidente

Compete ao presidente, designadamente:

- a) Dirigir e orientar os trabalhos da mesa;

- b) Manter a ordem e assegurar a disciplina da assembleia.

Artigo 24.º

Competência do secretário

Compete ao secretário, designadamente:

- a) Elaborar as atas das operações eleitorais;
- b) Elaborar os editais previstos no presente regulamento;
- c) Substituir o presidente, nas suas faltas, ausências ou impedimentos;
- d) Cumprir as demais obrigações legais ou determinadas pela mesa.

Artigo 25.º

Competência dos escrutinadores

Compete aos escrutinadores, designadamente:

- a) Proceder ao escrutínio;
- b) Auxiliar o presidente no exercício das suas funções;
- c) Proceder à contradescarga dos votantes nos cadernos eleitorais e à contagem dos votantes e dos votos;
- d) Substituir o presidente nas suas faltas, ausências e impedimentos, por ordem de designação, quando não esteja presente o secretário;
- e) Cumprir as demais obrigações legais ou determinadas pela mesa.

Artigo 26.º

Competência dos representantes das candidaturas

Compete aos representantes das candidaturas, designadamente:

- a) Ocupar os lugares mais próximos da mesa da assembleia de voto e fiscalizar todas as operações da assembleia de voto;
- b) Ser ouvido e esclarecido acerca de todas as questões suscitadas no âmbito das operações referidas na alínea anterior;
- c) Apresentar oralmente ou por escrito reclamações, protestos ou contraprotestos relativos às operações de votação e de apuramento;
- d) Assinar a ata, rubricar todos os documentos e obter todas as certidões que solicitar.

Artigo 27.º

Substituição dos representantes

Os representantes podem ser substituídos pelos respetivos suplentes no decurso das operações de voto ou de apuramento.

Artigo 28.º

Gratificação

Os membros das mesas, bem como os representantes das candidaturas, têm direito a uma gratificação, nos termos fixados pelo conselho executivo.

Artigo 29.º

Boletins de voto

1. Dos boletins de voto constam as letras atribuídas, por ordem de entrada, a cada candidatura e o espaço destinado a assinalar a escolha do eleitor.
2. Os boletins de voto são identificados com referência aos órgãos centrais ou locais.

Artigo 30.º

Disciplina do ato eleitoral

1. A admissão do eleitor à assembleia de voto faz-se até ao termo do período fixado.
2. Terminado o período referido no número anterior, só pode votar o eleitor que esteja presente, aguardando a sua vez para exercer o seu direito.
3. Findo o período fixado para o ato eleitoral, o presidente declara encerrada a votação.
4. O presidente declara, ainda, encerrada a votação logo que tenham votado todos os inscritos no respetivo caderno eleitoral.

Secção IV

Sufrágio

Artigo 31.º

Natureza de voto

O voto não é obrigatório, mas um dever cívico de cada membro eleitor.

Artigo 32.º

Pessoalidade e unicidade de voto

1. O membro eleitor pode exercer o seu direito de voto presencialmente ou por meios eletrónicos, sem prejuízo do voto antecipado previsto no artigo 37.º.
2. A Secretaria-geral deve providenciar os meios necessários para a efetivação da votação eletrónica.
3. O membro eleitor que pretende votar por via eletrónica deve comunicar tal intenção à CPE, no prazo oito dias que antecede a data designada para a eleição.

2. Para efeitos desta votação, a CPE, através da Secretaria-geral, deve enviar ao eleitor que comunicou essa intenção, o boletim de voto no prazo de dois dias após a receção dessa comunicação.

3. O membro eleitor que manifestou a sua intenção de votar por via eletrónica utiliza o aplicativo informático disponibilizado para o efeito pela Secretaria-geral para o acto eleitoral em questão e aprovado pela CPE.

4. A mensagem deve dar entrada na CPE, via Secretaria-geral, até à hora designada para a abertura das assembleias de voto, contendo o boletim de voto digitalizado.

Artigo 33.º

Presencialidade

O direito de voto é exercido presencialmente em assembleia de voto, pelo membro eleitor, sem prejuízo do voto antecipado e da votação por meios eletrónicos nos termos do disposto no artigo anterior.

Artigo 34.º

Carácter secreto

O voto é secreto e ninguém pode ser, sob qualquer pretexto, obrigado a revelar o seu sentido de voto.

Artigo 35.º

Local de voto

1. A assembleia eleitoral tem lugar na sede do conselho local.
2. Na impossibilidade da realização do ato eleitoral na sede, a assembleia eleitoral assegura mesa de voto em local que entender adequado e procede à respetiva divulgação quinze dias antes da realização da assembleia.

Artigo 36.º

Horário de funcionamento

1. A votação decorre no período das 8 às 18 horas, no mesmo dia, conforme o anúncio da data das eleições.
2. A assembleia eleitoral funciona ininterruptamente até serem concluídas todas as operações de votação e apuramento.

Artigo 37.º

Voto antecipado

Pode votar antecipadamente o membro eleitor que, por razões profissionais, de saúde ou por imperativo inadiável, devidamente comprovados, não possa deslocar-se à assembleia de voto no dia da realização do ato eleitoral.

Artigo 38.º

Abertura da votação

1. Constituída a mesa, não havendo nenhuma irregularidade, o presidente declara iniciadas as operações eleitorais, manda afixar o edital a que se refere o número 2 do artigo 14.º, procede com os restantes membros da mesa e representantes das candidaturas concorrentes à revista das câmaras de voto e dos documentos de trabalho da mesa e exhibe a urna perante os membros eleitores, para que todos possam certificar-se de que se encontra vazia.
2. Não havendo nenhuma irregularidade, imediatamente votam o presidente e demais membros da mesa e os representantes das candidaturas concorrentes, desde que se encontrem inscritos no caderno eleitoral correspondente.
3. Após terem votado os elementos da mesa e os representantes das candidaturas, o presidente procede à abertura e lançamento na urna dos votos antecipados, no caso de existirem, devendo-se, de seguida, proceder à descarga no caderno eleitoral.

Artigo 39.º

Ordem e modo de votação

1. Uma vez preenchidos os requisitos necessários, a votação é feita pela ordem de chegada do membro eleitor, o qual identifica-se devidamente perante o presidente da mesa, pronunciando o respetivo nome, e este entrega-lhe um boletim de voto.
2. Seguidamente, o eleitor dirige-se à câmara de voto, onde, sozinho, marca uma cruz no quadrado correspondente à candidatura ou lista, ou deixa o boletim em branco, após o qual o dobra em quatro.
3. Concluída a operação do número anterior, o mesmo dirige-se à mesa e introduz o boletim na urna, afastando-se em seguida.
4. Em caso de necessidade, o presidente ou qualquer elemento da mesa pode, sem influir no sentido de voto, esclarecer o membro eleitor sobre quaisquer dúvidas e/ou fornecer outro boletim, em caso de deterioração do primeiro, recolhendo e inutilizando-o.
5. Nas assembleias de voto é disponibilizado um local que assegure o secretismo do voto.

Secção V

Apuramento

Artigo 40.º

Contagem dos votos

Terminada a votação, dá-se imediatamente início à contagem dos votos.

Artigo 41.º

Disciplina na contagem dos votos

1. O apuramento dos resultados inicia-se com a contagem do número de eleitores, de acordo com a descarga efetuada no caderno eleitoral.
2. Terminada a contagem, procede-se à abertura das urnas e conta-se os votos.
3. Não deve haver divergência entre o número de eleitores descarregados e os votos depositados na urna.

Artigo 42.º

Apuramento dos resultados

1. Para o efeito de apuramento, procede-se à discriminação dos boletins não utilizados, dos utilizados e dos que foram inutilizados, confrontando-os com o registo de presenças e encerrando-os em sobrescritos próprios, bem identificados e fechados.
2. A contagem dos votos é feita pelo presidente da mesa que, com ajuda de um dos escrutinadores, examina e exhibe os boletins, agrupando-os em lotes separados, por candidatos ou listas votadas, votos em branco e votos nulos.
3. Após a contagem dos votos, é lavrada a ata e assinada por todos os membros da mesa.
4. O resultado da eleição é fixado no local de voto.

Artigo 43.º

Protestos e reclamações

1. Os boletins de voto que tiverem sido objeto de protesto e reclamação, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 26.º, são separados e encerrados em envelope fechado, depois de rubricados pelo candidato ou mandatário da candidatura, autor do protesto, ou reclamação e pelo presidente da mesa de voto.
2. Os protestos ou reclamações não atendidos não impedem a contagem do voto para o efeito de apuramento.

Artigo 44.º

Ata da assembleia

No final do ato eleitoral, é lavrada uma ata, da qual constam todo o decurso do ato eleitoral e todas as incidências ocorridas, a qual é assinada pelo presidente da mesa e

pelos demais elementos desta que se encontrem presentes, bem como pelos mandatários das listas concorrentes, designadamente:

- a) O nome dos membros da mesa e representantes das listas de candidaturas;
- b) A hora de abertura, encerramento e local da votação;
- c) As deliberações tomadas pela mesa;
- d) O número de membros eleitores com direito de voto e aqueles que o exerceram;
- e) O número de votos obtidos por cada lista;
- f) O número de votos em branco e votos nulos;
- g) Eventuais reclamações e protestos;
- h) As assinaturas de todos os componentes da mesa respetiva.

Artigo 45.º

Votos em branco e nulos

1. Considera-se voto em branco o correspondente a boletim de voto que não contenha qualquer sinal.
2. Considera-se voto nulo o correspondente ao boletim:
 - a) Em que tenha sido assinalado mais de um quadrado;
 - b) No qual haja fundadas dúvidas quanto ao quadrado assinalado;
 - c) No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura;
 - d) No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho, rasura ou sinal diverso do destinado a assinalar a intenção de voto e que possa identificar o voto;
 - e) No qual tenha sido escrita qualquer palavra ou colocado qualquer objeto;
3. Considera-se ainda como voto nulo o voto antecipado, quando o sobrescrito com o boletim de voto não chegue ao seu destino ou recebido em sobrescrito que não esteja adequadamente fechado.
4. Não é considerado voto nulo o do boletim no qual a expressão de voto, embora imperfeitamente aposta ou excedendo os limites do espaço destinado a esse efeito, permita inequivocamente conhecer a intenção do eleitor.

Secção VI

Resultado eleitoral

Artigo 46.º

Candidatura eleita

1. Considera-se eleita a candidatura que obtenha a maioria dos votos validamente expressos.
2. Sempre que existam mais do que duas candidaturas e nenhuma delas obtenha a maioria absoluta dos votos validamente expressos, há lugar a uma segunda volta a realizar-se no mesmo dia, ou numa data a indicar, entre as duas listas mais votadas e será eleita a que obtenha a maioria dos votos.
3. Em caso de empate, repete-se o ato eleitoral, nos termos do número anterior.

Artigo 47.º

Publicação dos resultados

Os resultados eleitorais definitivos devem ser divulgados até cinco dias após a realização da eleição, através da sua afixação na sede da CVCV e dos conselhos locais.

Secção VII

Intervenção das candidaturas, reclamações e recursos

Artigo 48.º

Intervenção dos candidatos

Os candidatos ou representantes das candidaturas são ouvidos sobre as questões relevantes que suscitarem dúvidas no decurso do processo eleitoral.

Artigo 49.º

Reclamação e recurso

1. As irregularidades ocorridas no decurso da votação ou durante o apuramento dos resultados podem ser objeto de reclamação, protesto ou contraprotesto, apresentados à mesa da assembleia de voto no ato em que se verifiquem.
2. Da decisão da mesa da assembleia de voto, na qual foi apresentada a reclamação, protesto ou contraprotesto, cabe recurso para a CPE, que aprecia e decide no prazo máximo de setenta e duas horas.
3. Podem apresentar recurso os candidatos ou os seus representantes, devendo a petição de recursos especificar os fundamentos de facto e de direito, acompanhados de todos os elementos de prova, observado que seja o disposto no artigo anterior, sob pena de rejeição.

CAPITULO II
DISPOSIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AOS ÓRGÃOS CENTRAIS E LOCAIS

Secção I

Eleição dos órgãos centrais

Artigo 50.º

Remissão

Às eleições dos órgãos centrais aplicam-se, com as necessárias adaptações, as disposições gerais dos artigos 1.º a 49.º do presente regulamento, e, em especial, os artigos seguintes.

Artigo 51.º

Eleição e posse

1. . O Presidente, o Vice-Presidente e os outros sete membros que compõem o Conselho Superior são eleitos numa lista em assembleia geral
2. Todos os membros do conselho superior tomam posse perante o Presidente da República, enquanto Presidente de Honra da CVCV
3. O Presidente e os demais vogais que compõem o Conselho Fiscal são eleitos numa lista em assembleia geral.
4. Os membros eleitos nos termos do número anterior tomam perante.

Artigo 52.º

Elegibilidade

Só podem ser eleitos aos cargos referidos nos números 1 e 3 do artigo anterior os membros que reúnam os seguintes requisitos:

- a) Ter nacionalidade cabo-verdiana;
- b) Ter idade igual ou superior a trinta e cinco anos;
- c) Ter comprovada idoneidade cívica e moral;
- d) Ser voluntário ativo da CVCV, com pelo menos 5 anos de exercício de voluntariado, devidamente comprovado.

Seção II

**SUBSECÇÃO V
REPRESENTANTE NACIONAL DA JUVENTUDE**

Artigo 53.º

Definição

O Representante Nacional da Juventude é o órgão central da SNCV cujo

papel é crucial na promoção da participação e liderança dos jovens dentro da instituição.

Artigo 54.º

Requisitos

1. Pode candidatar-se ao cargo de Representante Nacional da Juventude o membro ativo da SNCV que reúna os seguintes requisitos:
 - a) Ter nacionalidade cabo-verdiana;
 - b) Ter idade não superior a vinte e seis anos;
 - c) Ter comprovada idoneidade cívica e moral;
 - d) Ser voluntário ativo da SNCV eleito como representante da juventude no respetivo conselho local.
2. Os requisitos previstos no número anterior são extensivos aos demais membros da direção, com exceção do disposto na alínea b).

Artigo 55.º

Eleição e posse

1. O representante nacional da juventude é eleito, de entre os representantes da juventude dos conselhos locais, numa lista apresentada no fórum nacional da juventude, composta pelo representante nacional e dois vogais
2. Os membros eleitos nos termos do número tomam posse perante o Presidente da SNCV.

Secção III

Eleições dos órgãos locais

Artigo 56.º

Remissão

Às eleições dos órgãos locais aplicam-se as disposições gerais dos artigos 1.º a 49.º do presente regulamento e, em especial, os artigos seguintes.

Artigo 57.º

Eleição da Direção e Posse

- 1 O Presidente e os demais elementos que compõem a direção do conselho local são eleitos numa lista em assembleia local.
- 2 Os membros eleitos tomam posse perante o presidente da CVCV ou perante o membro do conselho superior por ele designado.

Artigo 58.º

Elegibilidade

1. Só pode ser eleito presidente do conselho local o membro que reúna os seguintes requisitos:
 - a) Ter nacionalidade cabo-verdiana;
 - b) Ter idade igual ou superior a 25 anos;
 - c) Ter comprovada idoneidade cívica e moral;
 - d) Ser voluntário ativo da CVCV, com pelo menos dois anos de exercício de voluntariado devidamente comprovado.
2. Os requisitos previstos no número anterior são extensivos aos demais membros da direção, com exceção do disposto na alínea b).

Artigo 59.º

Composição da lista

- 1 - A lista referida no número 1 do artigo 57.º é composta por oito membros efetivos e três suplentes.
- 2 - São membros efetivos:
 - a) O Presidente;
 - b) O Vice-Presidente;
 - c) O Secretário;
 - d) O Tesoureiro;
 - e) Três Vogais;
 - f) O Representante da Juventude.
- 3- Dos suplentes mencionados no número 1, pelo menos um não pode ter idade superior a 26 anos.

CAPITULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 57.º

Interpretação e integração

A interpretação e integração das normas do presente Regulamento Eleitoral são feitas em conformidade com os princípios e valores fundamentais do Movimento, os Estatutos da CVCV e o Código Eleitoral cabo-verdiano.

Artigo 58.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pela Assembleia Geral da Cruz Vermelha de Cabo Verde.